

**O modo de vida ribeirinho como atributo espacial para a prática  
projetual de habitação amazônica**

**Danielle Costa Guimarães**

Doutoranda, UFPA, Brasil.

dcguimaraes@gmail.com

**Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão**

Professora doutora, UFPA, Brasil.

klaudiaufpa@gmail.com

## RESUMO

A produção de habitação social na Amazônia não difere daquela encontrada em outras regiões do Brasil, já que a falta de adequação dos projetos é uma questão histórica e posta. O presente ensaio pretende levantar questões acerca da inadequação dos projetos habitacionais para cidades amazônicas. Utiliza-se para esta investigação referencial sobre o imaginário amazônico, as origens das formas de viver local e os resultados de pesquisas em projeto já realizadas por pesquisadores locais. Foram também realizadas observações não participantes em áreas habitacionais urbanas na cidade de Belém. Nesse sentido, observou-se que há fortes indicações de que quanto mais próximo ao modo de vida original do habitante da região, o ribeirinho, menor a probabilidade de ocorrerem transformações nas habitações promovidas pelo poder público. Identificou-se, nos relatos de estudos, que existe uma linguagem tipológica do habitar ribeirinho nas modificações realizadas nessas unidades habitacionais estatais, sendo um mecanismo de adaptação na habitação. Constata-se que há uma desconformidade entre a necessidade do usuário e a atuação/produção estatal e, provavelmente, a compreensão das comunicações simbólicas estabelecidas entre as pessoas e o espaço construído pode ser benéfica para diminuir o desequilíbrio existente entre expectativa do usuário e qualidade do projeto na oferta estatal. Portanto, repensar as formas de projetar e produzir o espaço arquitetônico habitacional a partir do usuário local é um caminho seguro para a sustentabilidade do empreendimento, contemplando o desenvolvimento das pessoas e a vitalidade do espaço.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modo de vida ribeirinho. Adaptação. Amazônia.

*seguro para la sostenibilidad del proyecto, abarcando el desarrollo de las personas y la vitalidad del espacio.*

## INTRODUÇÃO

A necessidade de intervenção estatal para a garantia de habitação social no Brasil e, em especial, na Amazônia, surge com o fim da escravidão, pois negros e pardos passam a ocupar de forma mais intensa a ocupação já iniciada em áreas de baixadas, ao longo de igarapés do entorno dos centros urbanos e em áreas não indicadas para ocupação devido às suas peculiaridades ambientais. As soluções para tal problemática foram adotadas desde então de forma quase generalizada no país, porém a implantação de conjuntos habitacionais surgiu um tempo depois, introduzida sob a égide da arquitetura internacional e das diretrizes da produção habitacional em escala. O desenho e a produção inspirados nesse pensamento recebem força e recursos para se espalharem pelo país a partir da década de 60 do século passado, o que possibilitou a produção em grande escala de conjuntos verticais e horizontais no contexto, quase sempre, de reassentamentos humanos.

Desse modo, o problema da habitação social no Brasil passa, por assim dizer, e de forma simplificada, por duas questões: uma de ordem política, abrangente e que tem sido pautada na produção em massa, padronizada, ao menor custo e voltada ao aquecimento da indústria da construção civil; a segunda, de ordem projetual, destaca a ausência de um projeto participativo adequado e solução espacial apropriada ao modo de vida local (ambiental e cultural), o que envolve diretamente a atuação falha de profissionais projetistas (GUIMARÃES, 2005).

Na Amazônia, que possui, como em outras regiões do país, peculiaridades nas relações espaciais, a produção habitacional, que em pouco ou nada se transformou nas últimas seis décadas, tem ignorado o modo de vida e o modo de morar. Desde então, observa-se a transformação de conjuntos habitacionais estatais pelos próprios moradores de modo a operar sobre eles adaptações que possam refletir suas necessidades de uso e/ou identificação cultural, por um lado, e, por outro lado, o abandono, por meio da venda ou repasse das unidades, com retorno desses moradores ao local de origem (COSTA; PERDIGÃO; CAVALCANTE, 2015; PERDIGÃO; GAYOSO, 2012).

Essas adaptações, resultado de movimentos dos próprios moradores, são encontradas em transformações espaciais de conjuntos coletivos estatais em Belém (PA). Os projetos são bem similares e sofrem adequações conforme a necessidade do usuário. Como auxílio ao pensamento projetual, utilizou-se aqui resultados de dois trabalhos em curso no Laboratório de Desenvolvimento Humano (LEDH-UFPA) como forma de identificar perspectivas possíveis de atributos ou elementos que incorporam símbolos não necessariamente geométricos da habitação tradicional. Os trabalhos deste laboratório têm identificado uma linguagem tipológica do habitar ribeirinho que pode ser encontrada em adaptações da habitação coletiva que buscam soluções como forma da população adaptar seu uso. Procura-se refletir sobre o viver ribeirinho na Amazônia e sobre a necessidade de tradução desses atributos, presentes na linguagem de padrões culturais locais, e trazê-los para a prática projetual em busca da maior satisfação do usuário (PERDIGÃO, 2020).

Conclui-se que há uma desconformidade entre a necessidade do usuário e a atuação/produção estatal, porque, do ponto de vista de produção habitacional, é provável que as comunicações simbólicas estabelecidas entre os diferentes grupos sociais utilizam conceitos e lógicas explicativas baseadas numa compreensão subjetiva que podem ser alcançadas por esse exercício de tradução espacial de linguagens, o que pode ser benéfico no processo projetual para diminuir o desequilíbrio existente entre expectativa real do usuário e a qualidade do projeto na oferta estatal.

## **2 EXPECTATIVAS E O PROJETO DO ESPAÇO HABITACIONAL**

A produção habitacional no Brasil recebe recursos e regramentos nacionais. Os projetos, há décadas, têm sido padronizados. O problema deles passa pela limitação de valores e pela não exigência de que arquitetos elaborem, a cada novo empreendimento, um projeto adequado, o que proporciona a oportunidade de que projetos sejam elaborados por não projetistas, por exemplo. A questão passa também por inadequações vindas de projetos elaborados por arquitetos, quando não são observados os valores e necessidades locais.

### **2.1 As mudanças dos espaços da moradia motivadas pelo uso acontecem no Brasil e acontecem na Amazônia**

O processo de abandono e renovação das unidades habitacionais em conjuntos coletivos ocorreu nas cidades nortistas da mesma forma que em outros pontos do país. Amorim e Loureiro (2001) apresentam como essas modificações efetuadas pelos moradores em habitação coletiva ocorreu no Nordeste brasileiro, por exemplo. Na Amazônia, diversos autores têm observado esse movimento, sobretudo em cidades que possuem maior identificação e aproximação com a cultura local, as cidades ou parcelas tradicionais, classificadas como as cidades na floresta (TRINDADE JR., 2013). O modo de ocupar, morar e se relacionar com o meio é particular em cada sociedade. Ainda que se reconheçam muitas “Amazônias”, considerando a sua escala continental (NASCIMENTO; PERDIGÃO, 2021), é muito presente três elementos ambientais: várzea-rio-floresta (GONÇALVES, 2001), o que se reflete em modos de morar na capital e até mesmo em conjuntos habitacionais coletivos.

Os conjuntos coletivos estatais, seja em forma de sobrados ou blocos, têm sofrido modificações na sua estrutura, feitas pelos seus moradores via autoconstrução em busca por adaptação. Nas observações que têm sido efetuadas em conjuntos habitacionais no Pará, e na literatura sobre a produção habitacional na região, é recorrente essa busca pela adaptação das unidades e mesmo do conjunto, ou mesmo o retorno (abandono) da nova habitação para viver ao longo dos cursos dos rios, em cima dos “canais” urbanos - que são os locais de origem dessas pessoas na cidade antes do reassentamento - ou locais que possuam características de origem ribeirinha (COSTA; PERDIGÃO; CAVALCANTE, 2015, PERDIGÃO; GAYOSO, 2012, PERDIGÃO, 2016a, OLIVEIRA; FELIBINO; PERDIGÃO, 2016).

Costa, Perdigão e Cavalcante (2015) informam que a mobilidade habitacional nas áreas de reassentamento habitacional está ligada ao aumento das taxas dos serviços, ao alto grau de insatisfação com a Unidade Habitacional (UH) no que se relaciona à padronização da habitação. Em outra investigação foram detectadas recorrência de questionamentos negativos nas falas dos moradores desses conjuntos habitacionais:

*“E o varal fica onde?”, “não tem lugar pra rede”, “não posso ficar à vontade na minha casa, as janelas são muito perto”, “como vou pendurar minha roupa na frente da casa? no quintal não posso porque já é a casa do vizinho”, “as paredes não têm reboco, entra água quando chove”, “vou embora para a casa da minha filha, aqui eu fico triste me sinto presa”, são falas que se reproduzem no uso das novas unidades habitacionais produzidas pelas ações governamentais na cidade de Belém, que na maioria dos casos segue modelos habitacionais padronizados, amplamente difundidos no território nacional sem atenção ao contexto cultural local. (PERDIGÃO; GAYOSO, 2012, p. 114).*

São falas de moradores que se encontram perdidos naquele processo de adaptação e que vai muito além das tradicionais preocupações com modos de morar coletivos que geralmente recebem uma atenção especial em forma de treinamento para as famílias que viviam em habitações individuais e passam a dividir espaços comuns. Aparentemente, há uma dificuldade em encaixar suas vidas nos espaços disponíveis, tanto no interior das habitações quanto no exterior.

Os resultados da investigação que Costa, Perdigão e Cavalcante (2015, p. 12) realizaram nas comunidades - e nos conjuntos habitacionais de mesmo nome construídos para reassentamento - Riacho Doce e Taboquinha em Belém (PA) são intrigantes, pois revelaram que o conjunto de coisas que os moradores gostam da nova habitação e não gostam da anterior e estão relacionados ao contexto de salubridade, de infraestrutura e à degradação do imóvel, e não à casa em si, ao tamanho, ao ambiente e/ou vizinhança:

- . 71% das pessoas no projeto habitacional Riacho Doce e 56% no projeto habitacional Taboquinha apontaram que não gostavam do ambiente da casa anterior;
- . No projeto Riacho Doce, 59% das respostas para “o que gosta” da casa atual (conjunto habitacional) estavam relacionadas ao ambiente; e 35% no ambiente/pessoa (a casa, a vizinhança);
- . No projeto Taboquinha, 50% das respostas para “o que gosta” da casa atual (conjunto habitacional) se relacionavam ao ambiente e 48% no ambiente/pessoa (a casa, a vizinhança);
- . No projeto Riacho Doce, dentre aqueles que manifestaram insatisfação com a nova casa, 100% a relacionaram à tipologia da casa multifamiliar;

. No projeto Taboquinha, o “gostar” da nova casa no conjunto habitacional referiu-se ao seu material construtivo, em alvenaria e sua localização em área seca, distante do alagado e o “não gostar” à má-qualidade do material construtivo, ao tamanho da casa e a não existência de quintal.

O modo ribeirinho de construção está evidenciado nas habitações urbanas autoconstruídas nas periferias de grandes cidades amazônicas, as habitações urbano-ribeirinhas. Para Perdigão e Gayoso (2012, p. 120), nessas ocupações, as casas são afetadas pelas práticas culturais da origem ribeirinha de seus moradores e o “[...] significado uso e funcionalidade dos ambientes retratam a representação que o ‘ocupante’ tem sobre a casa”, por outro lado, para Costa, Perdigão e Cavalcante (2015),

[...] as habitações padronizadas anulam as referências espaciais, acumuladas na autoprodução habitacional dos moradores, com utilização de técnicas construtivas adquiridas pelas práticas sociais de autoconstrução que valorizam a cultura local. (COSTA; PERDIGÃO; CAVALCANTE, 2015, p. 14).

Essas investigações têm demonstrado que todo arcabouço vivencial, cultural e imaginário do que significa casa e como usar esse espaço socialmente se perde na habitação padronizada.

## 2.2 Habitação social na Amazônia: a falta DE e a busca POR adaptação

Na investigação de Trindade e Perdigão (2016) ficou claro que as alterações que são realizadas pelos moradores tinham como objetivo resgatar os vínculos espaciais rompidos com a casa de origem, como forma de adaptar os espaços de forma que tomassem uma aparência da casa de referência dos moradores (a casa dos sonhos ou a casa de infância), porém, sem nenhuma referência técnica, essas modificações em busca de adaptação acabam levando a perdas econômicas e/ou espaciais.

Oliveira, Felisbino e Perdigão (2016) relatam tanto a falta de adaptação quanto a falta de identificação com a nova habitação. As autoras relatam em sua pesquisa que essas ausências ficaram evidentes pelas modificações realizadas e pretendidas naquela nova habitação e pela tentativa de adaptação e identificação com a moradia que consistia em reproduzir partes que fossem mais familiares ao seu modo de vida. Trata-se, portanto, de falta e de busca pela adaptação, falta nas unidades e conjunto ofertado; e busca, por causa das intervenções operadas pelos próprios moradores. Como dito logo no início deste artigo, as investigações evidenciam que existe em paralelo uma ausência de adaptação das pessoas ao morar nesses lugares e a busca dessa adaptação por meio de intervenções autoconstruídas (quando não houve o abandono total da nova casa).

Nas habitações ribeirinhas e, sobretudo, nas habitações urbano-ribeirinhas, isto é, naquelas que trazem consigo essa linguagem, há simbolismo e valores das habitações das cidades ribeirinhas, contudo, em uma ocupação nas cidades grandes amazônicas, essa distinção entre espaços passa por sutilezas e, às vezes, símbolos bem-demarcados.

Por outro lado, nas áreas de habitação informal, que se localizam geralmente em áreas alagadas e em cima de cursos d’água, geralmente chamados de “canais”, percebemos o uso dos



espaços públicos como continuidade dos espaços internos das habitações. Observações preliminares demonstram que esse fenômeno de uso e ocupação, de apropriação desse espaço ocorre de maneira mais intensa e natural com a presença de duas características topológicas: i) proximidade de um curso d'água, características naturais (presença de vegetação, por exemplo); e ii) pequena escala.

Para ilustrar algumas dessas observações foram selecionadas três imagens (figuras 1, 2 e 3) que representam, respectivamente, 1) as interferências na habitação coletiva produzida pelo Estado como forma de apropriação e adaptação da habitação; 2) a ausência quase total de apropriação e uso do espaço completamente "urbanizado" do curso d'água, porém sem nenhuma ligação cultural ou possibilidade de individualização espacial; e 3) a forma natural de uso do espaço adaptado e esteticamente mais aproximado à realidade da ocupação habitacional ribeirinha amazônica.

Figura 1 – Conjunto habitacional Liberdade, Belém-PA.



Fonte: acervo das autoras (2022).

Figura 2 – Urbanização ao longo do igarapé Tucunduba, bairro Terra Firme, Belém-PA.



Fonte: acervo das autoras (2022).

Figura 3 – Urbanização ao longo do igarapé Tucunduba, bairro Guamá, ao lado da área do Riacho Doce, Belém -PA.



Fonte: autoras (2022).

Interessa aqui avançar nas observações e estudos dos mecanismos pelos quais esse processo se dá e quais outros elementos cognitivo-topológicos podem ser identificados, seja por meio de identificação tipológica ou pela busca de relacionar formas arquetípicas a diferentes usos e significados (como se verá logo mais à frente neste texto), pois, aparentemente, para além da necessidade de se criar um ambiente mais favorável ao habitar, há um componente vital que precisa ser identificado para que o desenvolvimento das pessoas que ali habitam seja garantido com mais dignidade e respeito.

### 3 O ETHOS, O IMAGINÁRIO E MODO DE VIDA RIBEIRINHO

Na região Norte do Brasil, a Amazônia possui características específicas que dizem respeito à forma como seu morador aprendeu a viver nesse meio. As relações espaciais construídas, assim como em outras partes do mundo, são próprias do local. Nos processos migratórios internos contínuos, pelos quais passam moradores de várias partes da Amazônia para as cidades maiores em busca de melhorias na qualidade de vida e oportunidades de geração de renda, os migrantes podem advir, de forma simplificada, a três tipos de cidades pequenas, classificadas por Trindade Jr. (2013) como cidades-empresa, cidades rodoviárias e cidades tradicionais. Interessa aqui, dentre as cidades tradicionais, aquelas chamadas pelo autor como cidades na floresta:

[...] as cidades situadas em regiões pouco ou apenas indiretamente impactadas pelas frentes econômicas tendem a estabelecer outras relações com o ambiente da floresta. São cidades tidas como tradicionais e consideradas pioneiras no processo de organização do território, posto que algumas surgiram ainda nos primeiros momentos da colonização. (TRINDADE JR., 2013, p. 15).

Essas cidades, ou melhor, as pequenas comunidades que assim se estruturaram à beira dos rios amazônicos constituíram na materialidade de suas formas de viver aquilo que foi criado na esfera simbólico-cultural. Ainda segundo Trindade Jr. (2013):

[...] as cidades ribeirinhas são as mais representativas das cidades tradicionais, dadas as intensas relações para com o rio; este que é visto em sua multidimensionalidade, como fonte de recursos e de representações simbólicas, como via de circulação, como espaço de uso doméstico e de prática de atividades lúdicas, e, ainda, como elemento de lazer e de contemplação. (TRINDADE JR., 2013, p. 16).

A multidimensionalidade e as representações simbólicas a que se refere Trindade Jr. (2013) são reais nas vidas de moradores das cidades ribeirinhas e das cidades coloniais, mas também se multiplicam na vida do morador da área urbana das cidades maiores e nas grandes metrópoles. Todo esse imaginário, que se materializa na paisagem e nos espaços construídos, podem ser visualizados sobretudo nos bairros mais periféricos e próximos a rios e igarapés (e também dos canais urbanos) que também expressam outros valores encontrados nas áreas mais profundas da Amazônia, como os tempos e outros imaginários.

### **3.1 Os tempos e os olhares sobre a Amazônia**

Existem Amazônias diversas... Gonçalves (2001) categoriza dois padrões de ocupação espaço-temporal na região: rio-várzea-floresta e o estrada-terra firme-subsolo. O primeiro padrão materializou-se com a formação dos aldeamentos e vilas desde o período colonial e se moldou a partir de uma dependência da natureza, num ritmo tido como lento. O segundo padrão tornou-se dominante a partir da década de 1960, organizando-se sobretudo ao longo de grandes eixos rodoviários e configurando-se por uma temporalidade ligada a um tempo tido como mais rápido (CRUZ, 2008).

Para Cruz (2008), sedimentou-se no imaginário social diversos modos de enxergar a identidade das populações ribeirinhas: um olhar naturalista; um olhar que se figura como um espaço vazio e invisibiliza as populações nela residentes; o olhar tradicionalista, que vê o caboclo ribeirinho de forma romântica e idealizadora como se não houvesse interações dos moradores dos rios com outras culturas; e o olhar moderno/colonial, em que os preconceitos e estigmas sociais são mais fortes, considerando o caboclo como não desenvolvido e pautada numa visão linear de história e desenvolvimento que possui sentido e direção únicos, no qual, obviamente, o ribeirinho não acompanhou ou estacionou.

É importante dar atenção a essa última forma de ver/interpretar a vida ribeirinha, pois é a partir dela que as populações ribeirinhas “seus modos de vida, suas temporalidades, suas racionalidades econômicas são vistos como resíduo, o anacrônico, um desvio da racionalidade capitalista e do modo de vida moderno urbano-industrial” (CRUZ, 2008, p. 54). O autor propõe que as interpretações reducionistas sobre o modo de vida ribeirinho sejam reconstruídas de modo a se aproximarem mais dos saberes que mantiveram populações inteiras nessas áreas da Amazônia, pois é na relação e na transferência oral da vida que se sustenta a relação com os ecossistemas de várzea e rio e com a floresta (CRUZ, 2008, p. 54).

Porém, em oposição à ideia romântica da vida ribeirinha, no imaginário social, a que Cruz (2008) se referiu, a construção dessa cultura não é estanque, está o tempo todo e de forma dinâmica em transformação e construção, não apenas em relação à natureza, mas também social e culturalmente. As culturas ribeirinhas, pois há várias Amazônia afora, não se definem por uma localização geográfica, mas por uma construção engendrada histórica, social e economicamente ao longo dos séculos.



Importa observar como o 'tempo lento', o movimento das águas (as marés), os insumos disponíveis, a dispersão e tantas outras características/qualidades desse modo de vida definem e constroem a existência e o viver ribeirinho. Como essas características constroem tradições e comportamentos, relacionamentos e espaços de vivência.

Paes Loureiro (2015), ao discutir sobre a forma geográfica dispersa de ocupação do espaço pelo homem amazônico, afirma que, apesar dessa característica, parece haver uma função mítica que atravessa toda a extensão da Amazônia e confere identidade, uma espécie de fraternidade entre moradores de qualquer ponto da região, de modo que ele se sente parte dela e encontra essa identidade com outras sociedades deste todo. O autor também destaca características antropogenéticas nas atividades provenientes das relações com a floresta e com o rio.

Vivemos em uma realidade que contém a imaginação, é uma necessidade humana, de ultrapassar os limites do concreto. Para Paes Loureiro (2022, p. 9), "O imaginário é uma bacia semântica de significados, alimentada por rios culturais que convergem para ela". A imaginação é individual, o imaginário é social, é cultural, no sentido de sociabilidade, da vida coletiva. O imaginário cria símbolos, então a materialidade possui uma função, mas recebe um valor em relação com o uso e interpretação humana e passa a simbolizar algo, criado no imaginário (PAES LOUREIRO, 2022).

Para Cruz (2008, p. 59), o rio seria "um espaço de referência identitária" na Amazônia e complementa: existe o espaço físico-natural, o espaço social e o espaço simbólico. Aqui o espaço social chama a atenção por se constituir em mediação das tramas e dramas que constituem o cotidiano do modo de vida ribeirinho. É nessa relação do ribeirinho com outras casas e seus moradores, assim como com o rio (a água), a floresta (a vegetação) e o solo firme, que há um elemento ainda pouco conhecido, que se busca como chave para a compreensão das relações espaciais da habitação nas cidades amazônicas e para a resolução dos aspectos projetuais, um elemento que liga no imaginário amazônica essa vida ribeirinha a qualquer ponto geográfico, mesmo em cidades.

### 3.2 O imaginário e a cultura amazônica

Em busca de uma mais profunda e adequada compreensão da vida ribeirinha é pertinente a compreensão da ligação entre o morar ribeirinho no rio e o morar ribeirinho na cidade. Paes Loureiro (2015) procura explicar o que seria o imaginário amazônico como uma zona intermediária entre a realidade amazônica e o nosso pensamento. Ele propõe para essa tarefa o uso do termo *sfumato*, cunhado por Leonardo da Vinci para denominar a técnica de diferenciação entre figuras em suas pinturas. Paes Loureiro (2015) utiliza a palavra para expressar a região de transição entre o real e o imaginário na Amazônia, em que um interpenetra o outro. Ele explica que o imaginário é flutuante, está entre lugares, entre o real e o irreal, esse lugar do *sfumato*.

Estudos desenvolvidos pelo LEDH-UFPA – que possuem o foco teórico-metodológico na relação entre ser humano e espaço construído de forma a dar uma resposta às questões espaciais presentes na habitação social, por meio da instrumentalização do projeto em termos

cognitivos e operativos – têm apresentado importantes contribuições mediante a identificação de categorias analíticas que descrevem a configuração do espaço (PERDIGÃO, 2020).

Para compreender o sentido, o valor ou a força que determinados aspectos espaciais possuem para o ribeirinho é necessário compreender que existe um valor cultural, no plano do imaginário, que permanece para além da forma ou das relações que ali são exercidas originalmente para que seja possível identificá-las em outros contextos. Esse é o processo de identificação de tipos e de relações topológicas e culturais (PAES LOUREIRO, 2022).

A cultura amazônica possui um universo único propiciado pelo isolamento (que de forma interessante levou a um involuntário decolonialismo), esse universo é seu próprio cosmos. E o ribeirinho teve, talvez por necessidade, que habitar, povoar aquele espaço vazio que ele tinha diante dele. É dentro desse cosmos existe um *ethos* que define a ética das relações ali existentes, que por sua vez estabelece o conjunto dos costumes e hábitos fundamentais que vão organizar o modo de vida ribeirinho (PAES LOUREIRO, 2022).

O uso da linguagem é uma expressão do imaginário, também faz parte do *ethos*, assim como a Arquitetura é uma forma de linguagem, e por conseguinte também faz parte desse *ethos*. A Arquitetura, portanto, possui, para além de uma solução primordial da existência humana, um significado, um valor imaginário e é provavelmente símbolo disso, enquanto materialidade. Paes Loureiro (2022) afirma que nada é insignificante. Onde aparentemente não há significado é porque as pessoas ainda não o perceberam, é importante perceber a significância do ponto de vista científico e simbólico da vida e modo de viver ribeirinho.

Os objetos possuem variadas significações, funções que mudam, variam, conforme o contexto e o uso. A hierarquia desses signos, funções de acordo com o campo cultural, quando ele muda para outra natureza há uma conversão semiótica.

[...] o movimento de passagem pelo qual as funções se reordenam e se exprimem numa outra situação cultural. A conversão semiótica significa o quiasma de mudança de qualidade simbólica em uma relação cultural, no momento em que ocorre essa transfiguração. (PAES LOUREIRO, 2008, p. 51)

O ser humano é adaptável e está o tempo todo recriando e sendo recriado pela cultura. Sua visão do mundo nunca deixa de se transformar, e ele mesmo se transforma, é o que Paes Loureiro (2022) chama de contínuo processo de trocas simbólicas com a realidade. As mudanças pelas quais muitas pessoas com vida ribeirinha precisaram passar ao deixar suas casas para irem morar na cidade, por contingências materiais, fizeram com que essas mudanças e adaptações precisassem acontecer. Ao se depararem com a emergência de construir em áreas periféricas da cidade, essas pessoas buscaram localizações que se assemelhassem ao conhecido, porém adaptações ocorreram. Percebemos uma linguagem esteticamente ribeirinha em habitações urbanas, mas algumas transformações ao longo do tempo e de intervenções do Estado foram “maquiando” e dando uma aparência um pouco diferenciada a muitas das novas habitações.

#### 4 O ESPAÇO VIVIDO E O ESPAÇO HABITACIONAL - CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO

Ao longo deste texto tratou-se sobre a vida e o modo de vida ribeirinho na Amazônia e como as intervenções estatais não contemplam esse modo de vida, e mais: como ele é desconhecido por quem projeta e planeja esses espaços e como a própria população tem

resolvido essa ausência com intervenções de iniciativa própria. Autores de diversas áreas procuraram se debruçar para entender a cultura, o imaginário e o modo de vida amazônico, e o arquiteto amazônida possui a responsabilidade de também conhecer e reconhecer essa forma de vida para incorporar ao seu projeto.

Para isso, o espaço vivido deve ser seu objeto de estudo, para assim decifrar as necessidades e expectativas locais, o que significa o modo de vida (a forma de viver) do homem local. Para Perdigão (2020), ainda é incipiente uma discussão mais profunda e completa sobre a espacialidade e a complexidade do espaço humano em geral, mas, sobretudo, do espaço vivido pelo amazônida e sua importância está na relação entre o ser humano e o ambiente construído, pois existe um sentimento de pertencimento e identificação bem-definidos nesta relação e que precisa ser sempre investigada. Para a autora, o uso do espaço e a correspondente solução físico-espacial deve estar pautada no conhecimento do vínculo mais profundo e preestabelecido entre usuário e o espaço arquitetônico.

No que diz respeito aos aspectos simbólicos, a arquitetura vernacular é a manifestação de uma raiz da vida espacial de um grupo, de uma sociedade (PERDIGÃO, 2020). Os avanços em estudos que buscam identificar características tipológicas e topológicas do habitar ribeirinho, de forma a utilizar esse conhecimento para elaboração de projetos mais adequados ao lugar tem avançado no LEDH/UFPA, identificando, nas investigações desenvolvidas em seu interior, conceitos e categorias que se mostram muito úteis.

Destacam-se, nesse sentido, trabalhos que resgatam elementos de proximidade, continuidade e sucessão em estudos realizados em localidades amazônicas distintas, seja na Vila da Barca, em Belém; e em Afuá, Ilha de Marajó (MENEZES; PERDIGÃO, 2021; TRINDADE; PERDIGÃO, 2016); um trabalho que aborda espaços de transição e gradientes de intimidade (NASCIMENTO; PERDIGÃO, 2021) e uma pesquisa sobre os conceitos de limites, caminhos e lugar (MENEZES; PERDIGÃO, 2020).

Nessas abordagens é possível elencar possibilidades projetuais concretas para compreensão e possíveis intervenções futuras de forma a criar projetos da habitação mais próximas ao modo de viver local, os quais oferecem reconhecido avanço na compreensão das relações topológico-espaciais e assim contribuem para a fundamentação teórica do projeto de um ponto de vista não geométrico.

#### **4.1 Proximidade, continuidade e sucessão na Vila da Barca e em Afuá**

A construção teórica do *tipo palafita* foi desenvolvida em investigações e sistematizações realizadas a partir de estudos na comunidade Vila da Barca, em Belém, e na cidade de Afuá (PA). O tipo palafita amazônico traduz o tradicional modo de habitar dos ribeirinhos na Amazônia ao evidenciar relações que caracterizam uma lógica específica construída em resposta ao sistema de águas dos rios em que se encontram, e é orientada por três conceitos-chave: proximidade, continuidade e sucessão (MENEZES; PERDIGÃO, 2021).

A proximidade seria aquilo que está perto, ou seja, a mata, o rio, a água, o espaço próximo; já a continuidade tem um forte elemento topológico, fazendo relação entre os ambientes e as relações espaciais e domésticas, como as expressas no sistema mata-rio-roça-

quintal (MENEZES; PERDIGÃO, 2021). Por fim, a sucessão vincula-se com o intervalo para o exterior, como com o trapiche e as varandas.

#### **4.2 Espaços de transição e gradientes de intimidade**

No segundo estudo destacado foram elencadas duas categorias de análise das representações espaciais pelo uso da moradia dentre 15 categorias identificadas por Alexander (2002), quais sejam gradiente de intimidade e espaço de transição.

Por gradientes de intimidade entende-se a existência de, pelo menos, um ambiente logo após a entrada e espaços internos classificados segundo a intimidade do visitante. Já por espaço de transição entende-se o lugar existente entre a rua e o ambiente interno da moradia, sendo possível se apresentar de variadas maneiras de modo que uma continuidade seja interrompida.

A proposta de uso desses elementos baseia-se na possibilidade de auxílio na compreensão das características de diferentes lugares como potencial para o registro das relações espaciais que são produzidas na vivência.

Na arquitetura ribeirinha, essas categorias foram analisadas em três contextos: de várzea com habitações afastadas; de várzea com habitações próximas e de terra firme.

Os resultados de análise espacial com essas categorias demonstraram que há diferenciações entre os padrões espaciais e que seria importante compreender o espaço doméstico tradicional amazônico a partir do uso.

#### **4.3 Limites, caminhos e lugar**

Em investigação realizada sobre habitação ribeirinha na Amazônia, Menezes e Perdigão (2020) elegeram três elementos do vocabulário ribeirinho (rio/floresta, beira, casa) e os relacionaram aos conceitos de limites, caminhos e lugar, conforme Norberg-Schulz (2002) (MENEZES; PERDIGÃO, 2020):

- rio/floresta/limites (moldura, referência, limite geográfico);
- beira/caminhos (o espaço de sociabilidade, os portos, trapiches);
- casa/lugar (a menor porção, sintetiza a cultura e as relações, o abrigo, onde se mantém e se multiplica a cultura local).

As autoras registraram que as relações que ocorrem nesses espaços se fazem presentes também em médias e grandes cidades, e que a cultura urbana vai sendo incorporada à medida que se aproximam as casas das áreas mais secas, mantendo-se, porém, algumas relações espaciais próprias do lugar de origem.

#### **Considerações finais**

O exercício de catalogar categorias espaciais de análise que auxiliem no estudo do *tipo* da habitação ribeirinha amazônica tem se mostrado um caminho frutífero para o avanço na qualidade dos projetos locais. Observações mais atentas à forma de viver de comunidades

tradicionais ribeirinhas têm potencial para evidenciar aspectos culturais relevantes que são soluções naturais para questões relacionadas ao espaço geográfico em que se encontram respostas com autoconstrução e arquitetura feita por não arquitetos.

Há uma desconformidade entre a necessidade do usuário e a atuação/produção estatal e que, portanto, do ponto de vista de produção habitacional, considera-se que é provável que as comunicações simbólicas estabelecidas entre os diferentes grupos sociais utilizam conceitos e lógicas explicativas baseadas numa compreensão subjetiva, que podem ser alcançadas por esse exercício de tradução de linguagens e que pode ser benéfico para diminuir o desequilíbrio existente entre expectativa real do usuário e a qualidade do projeto na oferta estatal.

Porém, a produção de conhecimento sobre o espaço construído na Amazônia, seus significados, imaginário, valores, cultura, ainda que já de grande valor, ainda necessita de mais aprofundamento e ampliação. A compreensão de esquemas de ocupação como várzea-rio-floresta ou mata-rio-roça-quintal esclarece muito das origens na forma de ocupar, construir, morar e viver nas cidades amazônicas e permite o avanço na produção de conhecimento como apoio à qualificação de ações do Estado.

Identificou-se uma linguagem tipológica do habitar ribeirinho, quando observadas as modificações realizadas em programas governamentais de reassentamento habitacional como mecanismo de adaptação na habitação coletiva, como a busca de soluções como forma de alcançar bem-estar. É possível que essas adaptações sejam evitadas com o conhecimento maior de sua forma de morar e viver, e nesse ponto a Arquitetura pode contribuir, adotando a dimensão da cultura ribeirinha nos projetos e substituindo a palavra adaptar por adotar (a cultura amazônica) nos projetos de habitação social local.

Por fim, entendemos que repensar as formas de projetar e produzir o espaço arquitetônico habitacional a partir do usuário local, das pessoas que irão utilizá-lo, e todo o conjunto que contempla o seu modo de vida, é um caminho possível para a sustentabilidade do empreendimento que contemple o desenvolvimento das pessoas, a vitalidade do espaço e uma relação saudável entre pessoas e espaço construído.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Christopher. **The nature of order**: an essay on the art of building and the nature of the universe – Bookone: The phenomenon of life. Berkeley: The Center for Environmental Structure, 2002.

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado; LOUREIRO, Claudia. Uma figueira pode dar rosas? Um estudo sobre as transformações em conjuntos populares. **Vitruvius**, 2001. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.009/920>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

COSTA, Sônia Maria G.; PERDIGÃO, Ana Klaudia Almeida V.; CAVALCANTE, Lilia Ieda C. Política habitacional em Belém (PA): estudo sobre adaptação habitacional em tipologias multifamiliares. **Argumentum**, v. 7, n. 2, 2015.

CRUZ, Valter do Carmo. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da.; TAVARES, Maria Goretti da Costa (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.



GUIMARÃES, Danielle C. **O desafio da habitação digna como condição para o desenvolvimento sócio-espacial. Um estudo sobre o PDL Riacho Doce e Pantanal (Belém – PA)**, 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

LOUREIRO, Violeta R. Pressupostos do modelo de integração da Amazônia aos mercados nacional e internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Editora da UFPA, 2001. p. 47-70.

MENEZES, T. M. S.; PERDIGÃO, A.K.A.V. A dimensão ribeirinha como referência de projeto de arquitetura para a Amazônia. Brasília, 2020. In: VI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. **Anais [...]**. Brasília, 2020.

MENEZES, Tainá Menezes dos S.; PERDIGÃO, Ana Klaudia de Almeida Viana. O tipo palafita amazônica: entre formalidade e informalidade do habitar na Vila da Barca (Belém, Pará, Brasil). **Revista Projetar-Projeto e Percepção do Ambiente**, Natal, v. 6, n. 2, p. 44-59, 2021.

NASCIMENTO, Izabel C. M. de O. ; PERDIGÃO, Ana Klaudia Almeida Viana. Representações espaciais pelo uso na moradia tradicional amazônica. **Revista VIRus**, 2021.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existence, space and architecture**. New York: Praeger, 1971.

OLIVEIRA, Leonice Farias; FELISBINO, Danielli A.; PERDIGÃO, Ana Klaudia Almeida Viana. Adaptação habitacional na produção formal de moradia: Vila da Barca (Belém, PA). **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Tupã, v. 4, n. 25, 2016.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **A arte como encantaria da linguagem**. São Paulo: Escrituras, 2008.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. 5. ed. Manaus: Editora Valer, 2015.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **A cultura amazônica: uma poética do imaginário na atualidade das artes canônicas e das artes periféricas - Notas de aula**. Belém, 2022.

PERDIGÃO, Ana Klaudia Almeida Viana; GAYOSO, Solange Maria. Interpretações sobre a casa para produção de moradia. In : SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro F. (Orgs.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed.UFPA, 2012.

PERDIGÃO, Ana Klaudia Almeida Viana. El hábitat amazónico desde la perspectiva de la sostenibilidad: entre arquitectura erudita y vernácula. **Revista Latina-Americana del Entorno Construido y Sustentabilidad**, v. 1, p. 98-110, 2020.

PERDIGÃO, Ana Klaudia Almeida Viana. Tipo e tipologia na palafita amazônica da cidade de Afuá. **VIRUS**, São Carlos, n. 13, 2016b. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=4&item=2&lang=pt>>. Acesso em: 9 jan. 2024.

PERDIGÃO, Ana Klaudia Almeida Viana; TRINDADE, R.P. Adaptação habitacional no Projeto Taboquinha, Icoaraci, Belém, Pará. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Tupã, v. 4, n. 27, 2016.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRINDADE, R. P.; PERDIGÃO, A.K.A.V.. *Adaptação habitacional no Projeto Taboquinha, Icoaraci, Belém, Pará*. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**. v. 04, n. 27, 2016.